

Comunicação e Cultura: contributos da Revista *Islenha* para a identidade sociopolítica e cultural da Macaronésia

Marcelino de Castro
marcelinodecastro@gmail.com

MARCELINO PAULO FREITAS DE CASTRO (Funchal, 1964), Licenciado em *Estudos Clássicos* pela Universidade de Lisboa, foi docente e ingressou, como Assessor Principal, por concurso público, a 1 de Outubro de 2006, no Quadro de Pessoal da antiga Direcção Regional dos Assuntos Culturais (hoje DRC), desempenhando ali as funções de Director da Revista *Islenha* (a partir do nº 42 e desde Janeiro de 2008) e ainda as de Editor e Coordenador das Edições DRC Livros da Madeira (Serviço de Publicações). Como docente, desempenhou na Universidade da Madeira várias funções e foi Director da Secção Autónoma de Estudos Clássicos e Humanísticos, nesta qualidade colaborando em todas as actividades colaterais académicas e na criação das novas licenciaturas interdepartamentais. Ensinou *Cultura Clássica*, *Literatura Grega*, *Fundamentos da Cultura* e *Estudos Políticos*. Fez parte de Júris Científico-pedagógicos, Administrativos e outros (Prémio John Dos Passos de 2009); organizou e participou em Colóquios e Congressos; proferiu Conferências; prefaciou livros e publicou *estudos* e *traduções*, em revistas, volumes de actas e livros, nomeadamente em obras colectivas. Mantém (desde 2016) uma coluna semanal no *Tribuna da Madeira*, ali tratando temas de Cultura, Comunicação, Política e Educação.

Resumen

O tema 'Comunicação na Cultura' é deveras esquecido, porque imperam os temas, assuntos e motivos ligados à comunicação social e ao periodismo, como temas prementes na ordem social e política que faz História e que reporta, descreve, comenta e interpreta o presente. Desde que fundada em 1987, a Revista *Islenba* se assume como um projecto em aberto, um serviço disponibilizado à 'sociedade civil', a quem (pelo interesse, capacidade e domínio de matérias) possa seriamente colaborar, com textos de tipologia variada, artigos e ensaios ilustrados, sobre os mais variados assuntos das sociedades insulares atlânticas, precisamente em fase ainda heróica da autonomia política conquistada, instituídas que estavam as autonomias nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, consagradas na Constituição de 1976, e de Canárias, relançada com o Real Decreto 9/1978, consagradas todas, depois, nos respectivos estatutos autonómicos.

Palabras clave

Comunicação, Cultura, Macaronésia, Revista *Islenba*.

Abstract

The theme of 'Communication in Culture' is largely forgotten because themes, issues and motives related to social communication and journalism prevail as pressing themes in the social and political order that make history and that reports, describes, comments and interprets the present. Since its founding in 1987, Revista *Islenba* has become an open project, a service made available to 'civil society', to whom (for the interest, capacity and mastery of matters) it can seriously collaborate, with texts of varied typology, articles and illustrated essays on the most varied subjects of the Atlantic island societies, precisely in the still heroic phase of the political autonomy gained, established the autonomies in the Azores and Madeira archipelagos, consecrated in the Constitution of 1976, and of the Canaries, relaunched with the Real Decree 9/1978, all enshrined, later, in the respective autonomous statutes.

Keywords

Communication, Culture, Macaronesia, *Islenba*.

Comunicação e Cultura: contributos da Revista *Isleña* para a identidade sociopolítica e cultural da Macaronésia

Marcelino de Castro
Universidade da Madeira

A ‘Comunicação na Cultura’ é um dos grandes temas do nosso tempo, ainda que deveras esquecido, porque imperam os temas, assuntos e motivos tidos como mais prementes para a comunicação social e para o periodismo, mas na ordem social, política e económica que faz História e que exige a todo o custo reportagem, narrativa e descrição, análise, comentário e interpretação imediata do presente.

Sem que haja da minha parte qualquer presunção de aprofundar o próprio enquadramento que proponho e que considero da maior importância, e bem assim de grande oportunidade, neste encontro, parece-me útil observar brevemente a reciprocidade de ambos os termos da equação (comunicação e cultura), a montante, pois os dois conceitos permanecem desde a primeira hora em implicância mútua.⁵⁴⁶

A Cultura é sempre e em todo o caso Comunicação. Tal como acontece com o vocábulo ‘cultura’ na sua acepção subjectiva, a palavra ‘comunicação’ indica um processo, um *continuum* imparável e é também um termo com muitos sentidos e conceituação vária. A confusão habitual e tornada mais plausível na pós-modernidade entre ‘comunicação’ e ‘informação’, não exaure a comunicação e nem sequer o periodismo, embora limite o conceito ‘comunicação’, em especial quando aposto o adjectivo ‘social’, na expressão ‘comunicação social’.

A Comunicação social constituiria então, e contrariamente aos seus desígnios ditos superiores, outra manifestação da temporalidade contínua e irrefragável 24/7 (vinte e quatro horas sobre sete dias por semana, vezes trezentos e sessenta e cinco dias por ano), mencionada por Jonathan Crary,⁵⁴⁷ exigindo um funcionamento contínuo, uma produção crescente e um consumo cada vez maior e mais extensivo, sobretudo a partir dos anos 50, com a televisão, mas mais perniciosamente talvez a partir dos anos 90, com o computador, tentando impedir, como diz o autor, o sono e de aí o sonho, desembocando na privatização até da esfera da informação, afastando da política e distraíndo com fins comerciais e consumistas. A ‘sociedade do écran’⁵⁴⁸ pode assim ser vista como um prolongamento deste *funcionamento 24/7*, que se assume como tecnologicamente imparável. Diz o Autor, por exemplo, sobre os sistemas em rede [Crary, p. 39]: «Apesar das proclamações omnipresentes de

⁵⁴⁶ Este ensaio retoma, amplia e aprofunda um texto similar, mas subordinado exclusivamente ao tema da ‘Comunicação na Cultura’, e que foi publicado na *CulturAçores-Revista de Cultura* (Nº 7, Julho – Dezembro 2017), Angra do Heroísmo, DRC, 2017, pp. 35-41.

⁵⁴⁷ CRARY, JONATHAN: «capítulo 2», *24/7. O Capitalismo Tardio e os Fins do Sono*, trad. port. de Nuno Quintas, Lisboa, Antígona, 2018, pp. 37-67.

⁵⁴⁸ CARDOSO, GUSTAVO (coord.): *A Sociedade dos Écrans*. Prefácio de Jonathan Taplin, Lisboa, Tinta da China, 2013.

compatibilidade, e mesmo de harmonização, entre o tempo humano e as temporalidades dos sistemas em rede, as realidades vividas desta relação são disjunções, fracturas e constante desequilíbrio». A comunicação, porém, é uma realidade anterior e mais ampla do que a ‘comunicação social’, no sentido restrito dos meios de informação.

Na ordem ontológica, a comunicação decorre da materialidade do mundo que comunica pelo simples facto de existir. A ordem biológica implicou um salto comunicacional que se transformou num dos pilares da cultura, na complexidade das sociedades dos nossos dias, e pode ainda ser olhada como parte importante do *continuum* que pode ser observado como trânsito entre a ‘natureza’ e a ‘cultura’, nas abordagens antropológicas tradicionais.⁵⁴⁹

De resto, verifica-se hoje e de uma forma cedo anunciada (e não estou a pensar, apenas em Marshall McLuhan), que a comunicação é nos nossos dias um paradigma interpretativo da realidade e do mundo,⁵⁵⁰ como tem sido referido por muitos, legitimando linguagens, políticas, práticas, posturas, atitudes e comportamentos sociais nas lógicas do sentido, exactamente como a religião fazia e faz nas sociedades tradicionais, ou mesmo a ideia de progresso (imparável?!) influiu na modernidade ou ainda a ideia de produção (sustentável?!) animara o industrialismo.

Tínhamos sido advertidos de que a comunicação em amplitude e pluri-significância interligaria todas as fatias do globo a um ritmo cada vez mais veloz e acelerado, impondo um agorismo (aqui e agora) multimodamente intuído, como tem sido notado. McLuhan profetizara ainda que o circuito electrónico desarticulava o espaço e o tempo e que nos lançaria imediata e constantemente nos sucessos e nas preocupações de todos os homens da aldeia global do planeta.⁵⁵¹

E é de facto espantosa hoje a pluralidade de canais pelos quais nos chega a realidade, afinal tão diferenciada por todo o lado no chamado mundo globalizado. Diluída, desfeita ou desconstruída toda a visão autoritária e absoluta, a *imago mundi* deixou de ser una e única. Não é já só religiosa, ou filosófica, científica ou histórica, política ou nem mesmo, como se tem visto, só económica ou financeira.

Também se tornou claro que a realidade, por mais líquida que pareça,⁵⁵² existe fora dos quadros comunicacionais massificados. Na verdade, é-lhe anterior. A comunicação, todavia, está-lhe no genoma, se é que assim se pode falar. Porque, como se disse já, a própria realidade, só por existir, comunica. E comunica silenciosa ou explosivamente. A capacidade deíctica (de indicar, dizer ou mostrar) que a fundamenta e em que se radica a comunicação subentende a existência e a materialidade, no sentido mais amplo e até muito para além da dimensão biológica da vida.

⁵⁴⁹ MORIN, EDGAR: «Prefácio para a 2ª Edição (1970)», *O Homem e a Morte*, trad. port. de João Guerreiro Boto e Adelino dos Santos Rodrigues, Mem Martins, Publicações Europa-América, [1988], pp.13-18.

⁵⁵⁰ RODRIGUES, ADRIANO DUARTE: «A Comunicação, Ideologia do nosso Tempo», *Comunicação e Cultura: a Experiência Cultural na Era da Informação*, Lisboa, Presença, 1999, pp. 13-18.

⁵⁵¹ BERTMAN, STEPHEN: «A Transformação das Relações Internacionais», *Hiperultura*, trad. port. de Ana André, Lisboa, Instituto Piaget, [2001], pp. 213-214.

⁵⁵² BAUMAN, ZYGMUNT & GIULIANO BATTISTON: «Modernidade Líquida e Globalização», *Europa Líquida. Entrevista de Giuliani Battiston*, trad. port. de Duarte Pinheiro, Funchal, Nova Delphi, 2013, pp. 15-54.

Como costume dizer, de certo modo, a comunicação faz lembrar a antiga concepção de *logos* do grego Heraclito, em cuja filosofia o vocábulo parece ser ao mesmo tempo e em simultâneo a palavra pronunciada, a verdade que esta contém ou transmite e a própria realidade exterior que descreve, como dizia certo estudioso da filosofia grega (W. K. C. Guthrie).⁵⁵³

Mas a reabilitação da Cultura no singular (o plural tornou-se pernicioso, visto tender às identidades e à etnicidade) requer, na verdade, Comunicação. E é bem verdade que, hoje, como disse G. Vattimo, vivemos numa sociedade de «comunicação generalizada»,⁵⁵⁴ mas com o perigo acrescido de a ‘privatização’ do acto comunicativo e da informação (Byung-Chul Han) obnubilar deste modo, sem análise e sem ponderação, a esfera pública, fazendo prevalecer a esfera privada. E um indício disto é a persistência das conhecidas ‘shitstorms’ (e comentários anónimos) e respectivas vagas mediáticas, amplificados os efeitos da distração digital.⁵⁵⁵

Embora todos o tenham feito de uma forma ou de outra, especialmente agora Byung-Chul Han chamou a atenção para o facto de o electrónico digital ser mais da ordem do espectáculo (*‘spectare’*, olhar, observar, assistir a um espectáculo) do que da ordem do respeito (*‘respectum’*, de *‘respicere’*, olhar para trás, considerar, respeitar), pelo que, assim, uma das suas mais pertinazes consequências é justamente a anulação da distância que o respeito implica.⁵⁵⁶ A erosão da distância resvala então para o esbatimento da demarcação entre o público e o privado.

Mas pior ainda de todos os modos é porventura a prevalência do ícone e da imagem que o digital promove, na cultura e na comunicação em geral, limitando a História, por exemplo, a recriações e a grandes exposições (com toda a sua parafernália luminotécnica e periférica distractiva), e bem assim no ensino, impondo recorrentemente a magia do *powerpoint*, cuja superfície luminosa facilita, mas pode igualmente impedir a reflexão.

À ‘sociedade do espectáculo’ e do ‘écran’ e a esta prevalência do ícone e da imagem não é certamente alheia a importância da imaginação como traço distintivo da cognição humana, face ao reino animal, muito mais do que a linguagem, como parecem indicar estudos quer de antropólogos quer de neurocientistas e de psicólogos, que cada vez mais assertivamente indicam que a ‘imagem’ precedeu o ‘verbo’, deste modo pressupondo as culturas humanas a representação mental.⁵⁵⁷

De resto, pode bem ser ‘comunicação e cultura’, assim, por esta ordem, se nos lembrarmos de Hobbes (em 1651), quando dizia que a natureza humana sem sociedade era apenas um «estado de guerra», uma existência «solitária, pobre, sórdida, brutal e curta». Fora necessário, dizia ele, estabelecer contratos (não escritos) com os outros homens, concordando em falar e não em agredir, constituindo assim uma

⁵⁵³ GUTHRIE, W. K. C.: «O Problema do Movimento (Heraclito, Parménides e os Pluralistas)», *Os Filósofos Gregos, de Tales a Aristóteles*, trad. port. de Maria José Vaz Pinto, Lisboa, Presença, 1987, pp. 39-53.

⁵⁵⁴ VATTIMO, GIANNI: «Pós-moderno: uma sociedade transparente?», *A Sociedade Transparente*, trad. port. de Hossein Shooja e Isabel Santos, Lisboa, Relógio d’Água, 1992, p. 7.

⁵⁵⁵ HAN, BYUNG-CHUL: «Sem Respeito», *No Enxame. Reflexões sobre o Digital*. Trad. port. de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Relógio d’Água, 2016, pp. 13-18.

⁵⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 13.

⁵⁵⁷ CASTRO, MARCELINO DE: «Imaginário», *Tribuna da Madeira*, ed. de 28 de Setembro, 2018, p. 13.

‘comunidade’, em que o plural contratado a todos confere segurança e bem-estar, por troca mútua. A comunidade, então, apela à cidade e ao civismo, à ‘civilização’, conceito que se confunde por vezes com o conceito de ‘cultura’.

*
* *

Mas a temática da «Comunicação na Cultura» pode pressupor aqui (e é natural que assim seja) um universo que não é propriamente o da Revista *Islenha*, se é que ‘cultura’ na expressão mencionada remete principalmente para ‘assuntos culturais de governo’, e ‘comunicação’, a ‘comunicação atinente às decisões, às práticas, aos projectos, actividades e eventos de iniciativa, patrocínio ou apoio do órgão próprio de governo para a área cultural, como é a Direcção Regional da Cultura, neste caso do Governo da Região Autónoma da Madeira.

Na verdade, embora propriedade da DRC, a Revista *Islenha* nunca foi nem é um órgão da Direcção Regional da Cultura da Região Autónoma da Madeira, no sentido restrito em que, por exemplo, o *Avante* é o órgão oficial do PCP (Partido Comunista Português), ou seja, a publicação que tem por missão dar a conhecer decisões, práticas, projectos, actividades e eventos de iniciativa, patrocínio ou apoio do partido em questão, embora possa dar conta deste ou daquele segmento cultural, desta ou daquela actividade, deste ou daquele livro ou cd, mas sempre em artigo de autor e na perspectiva da recensão, análise ou comentário.

Desde a sua fundação em 1987 (faz 31 anos em Dezembro próximo), a Revista *Islenha* se apresentou como um projecto em aberto, um serviço disponibilizado à ‘sociedade civil’, a quem (pelo interesse, capacidade e domínio de matérias e competências) pudesse seriamente colaborar, com textos de tipologia variada (artigos e ensaios ilustrados, entrevistas e recensões, etc.) sobre os mais variados assuntos, temas e motivos das sociedades insulares atlânticas, precisamente em fase ainda heróica da autonomia política conquistada, na sequência da Revolução de Abril de 74 e instituídas as autonomias nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, consagradas na Constituição de 1976, e bem assim da autonomia de Canárias, relançada com o Real Decreto 9/1978, consagradas todas, depois, nos respectivos estatutos autonómicos. A sua designação oficial reflecte isso mesmo nessa onda de significação combativa, visto ‘islenha’ provir de designação antiga para ‘insulana’, remontando ambas a ‘insulam’, do latim, e que significava ilha.

Entre nós, no Arquipélago da Madeira, como gosto de lembrar, no magmático (C. Castoriadis)⁵⁵⁸ ambiente sócio-mental da época, percepcionava-se ainda, na altura da criação da *Islenha*, a premência heróica da assunção da condição insular como estatuto a refazer e a transformar, a começar pela compreensão da História e da Identidade insulares, e menos como destino de sentido único e limitador dos anseios de mudança para melhor das difíceis condições de vida, então patentes na Região, a

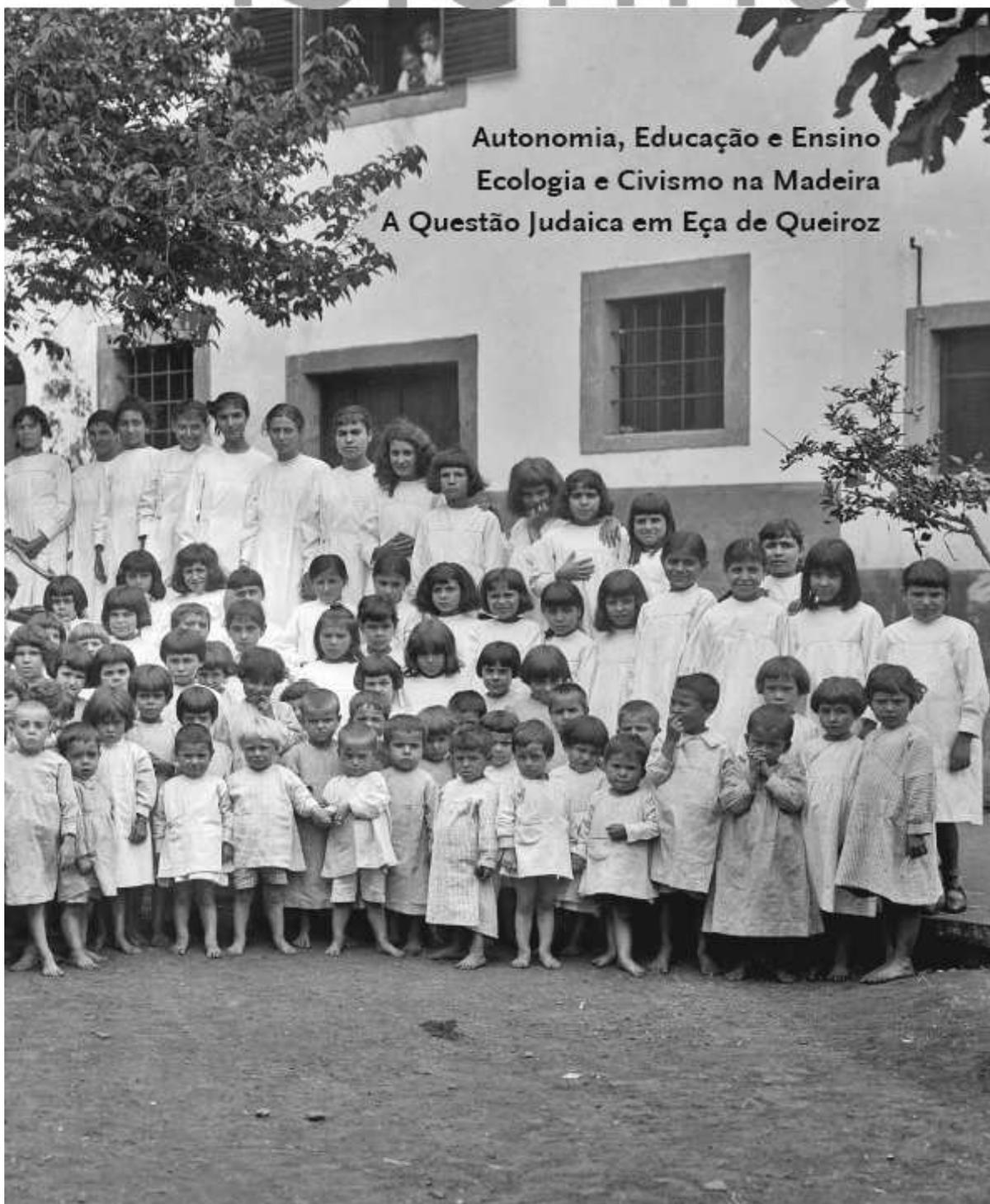
⁵⁵⁸ CASTORIADIS, CORNELIUS: «Indivíduo, Sociedade, Racionalidade, História», *O Mundo Fragmentado: as encruzilhadas do labirinto*, trad. port. de Ana Barradas, Lisboa, Campo da Comunicação, 2003, pp. 39-70.

JULHO · DEZEMBRO · 2016

59

Islenha

Autonomia, Educação e Ensino
Ecologia e Civismo na Madeira
A Questão Judaica em Eça de Queiroz



Ejemplar de la revista *Islenha*

começar pela necessidade de bem compreender a vida colectiva no tempo e, nela, a cultura (em todos os sentidos), como instância primeira desta vivência, como apropriação do espaço e constituição do território, bem como mundividência.

De resto, no próprio editorial de abertura, assinado por Nelson Veríssimo (seu primeiro Director), são expostos os intuitos primaciais da nova publicação, nomeadamente o de ser veículo de conhecimento dos «diferentes matizes culturais das sociedades insulares atlânticas», constituindo uma confluência «no terreno das ciências humanas e sociais», porque se desejava mesmo «estabelecer o diálogo interdisciplinar e o estreitamento de convivências»,⁵⁵⁹ dizia-se. E, numa altura em que a Universidade da Madeira ainda não existia, pretendia-se «incentivar a pesquisa, multiplicar a cultura». Na verdade, a Universidade da Madeira seria criada menos de um ano depois, pelo Decreto-Lei n.º 319-A/88, de 13 de Setembro de 1988, embora em praticamente todas as suas valências apenas começasse a funcionar a partir do ano lectivo de 1990.

Desde o primeiro número, a Revista *Islenha* se oferecia deste modo como Serviço Cultural à Região (para comunicação de toda a cultura), mas aberto nas suas linhas temáticas e contedísticas aos restantes arquipélagos atlânticos macaronésicos e, sem o declarar explicitamente, se apresentava talvez como projecto complementar de uma outra revista, a *Atlântico, Revista de Temas Culturais* (1985-1989), nascida pouco antes, de periodicidade trimestral, mas de iniciativa, gestão e edição privada, dirigida, em todos os seus números, por António Loja (Funchal, 1934), docente, historiador e ficcionista, que fora Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral do Funchal, logo após o 25 de Abril de 1974, responsabilidade de que se demitiu em 1975. Ambas as revistas, todavia, se apresentavam ‘atlânticas’, comungando ideais similares de compreensão e de valorização da cultura, e partilhando até um conjunto assaz interessante de colaboradores comuns.

Foram estes, em última análise, os traços gerais, os parâmetros que permaneceram na Revista *Islenha*, corporizados nas diferenças que advêm das idiossincrasias dos respectivos directores (III Séries, cada uma com seu director), consagradas por fim em Estatuto Editorial mais recente, redigido em 2012, registado na ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social portuguesa), e que a mantém Revista Cultural, «em suporte papel, de periodicidade semestral (Janeiro a Junho/Julho a Dezembro), para publicação de ensaios/artigos dedicados a assuntos, temas e motivos (culturais) das sociedades insulares atlânticas». O mesmo estatuto esclarece que a «*Islenha* tem sido um repositório acrescido de ensaios de âmbito alargado a temáticas lusófonas, naturalmente com especial destaque para artigos que tratam de matérias madeirenses, açorianas e cabo-verdianas», vincando e expressando formalmente um suposto inconsciente que vinha sendo prática e a que já nos referimos:

«Propriedade da Direcção Regional da Cultura, Governo da Região Autónoma da Madeira, a *Islenha* não é um órgão da DRC, não obedece nos seus conteúdos a qualquer orientação institucional de sentido político e ideológico, e serve a Cultura *lato et stricto*

⁵⁵⁹ VERÍSSIMO, NELSON: «Editorial», in *Islenha* N.º 1 (Jul.-Dez. 1987), Funchal, DRAC, p. 5.

sensus, gozando assim da autonomia editorial comum nestes casos e devidamente expressa nas Normas Gerais de Colaboração que a regem... [normas que sublinham que a]... decisão final sobre a sua publicação é da exclusiva responsabilidade da Direcção da Revista, que notifica os autores da aceitação das propostas de artigos». ⁵⁶⁰

Embora em suporte papel (uma aposta ainda acertada e que tem sido honrada ininterruptamente), a Revista *Islenba*, não se coíbe da divulgação de números (esgotados) e textos por outras formas, nomeadamente a electrónica, conforme aconteceu aquando da publicação do nº 50, que ofereceu a todos os leitores um cd com a versão digitalizada dos esgotadíssimos cinco primeiros números.

Com uma tiragem que se tem situado entre os 2000 e os 1000 exemplares, a Revista *Islenba* tem mantido uma distribuição por venda directa (em livraria) e por assinatura (há um conjunto de assinantes desde a primeira hora), e uma distribuição institucional por organismos regionais, estabelecimentos de ensino e universidades (Universidades Públicas Portuguesas e Universidade Católica), e por grandes bibliotecas e arquivos nacionais (todas as Regionais Públicas); por bibliotecas estrangeiras e internacionais, como o Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro), por exemplo, ou a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América (Washington D. C.), para além da 'Délégation en France' da Fundação Calouste Gulbenkian (Paris), e principais Comunidades Madeirenses na diáspora, espalhadas pelo mundo.

*
* *

Fiel repositório de saber constituído e reconhecendo a limitação dos métodos e das práticas de muita ciência, sem nela se fechar em clausura cognitiva, mas aberta a todos os saberes insulares (sobretudo macaronésicos, incluindo referentes às ilhas Canárias, e na obrigação de formalmente os comunicar à sociedade, a revista, à sua maneira, assume-se como um canal aberto que concilia margens diversas, quer das Ciências quer das ditas Humanidades (que se julga em crise), pelo menos na procura do significado e do sentido, com vista à compreensão e ao entendimento, não descurando a descrição ou o inventário, assumindo a explicação.

Um bom indício dessas margens múltiplas é a panóplia de colaboradores que sustenta e mantém a revista, desde auto-didactas a académicos de carreira feita e a fazer, nacionais e internacionais, investigadores, artistas e escritores de todas as proveniências e coutadas, não já só insulares (com alguns açorianos, cabo-verdianos, canarinos e outros), mas até de vários continentes.

Nunca tendo verdadeiramente sido nem devendo nunca tornar-se em revista científica e académica, pelo menos no sentido em que hoje tais termos são recorrentemente usados de um ponto de vista hiper-especialista, fechados sobre si próprios e de comunicação limitada, a Revista *Islenba* é, como comunicação de

⁵⁶⁰ CASTRO, MARCELINO DE: «Estatuto Editorial da Revista *Islenba*» in *Islenba* Nº 50 (Jan.- Jun. 2012), Funchal, DRAC, p. 173.

cultura, um dos mais vivos instrumentos da autonomia da primeira hora, a todos por igual disponibilizado.

É, de resto, como Comunicação de Cultura que a Revista *Islenha* continuará a colocar a tónica no inventário, na narrativa, na descrição, na análise e na explicação, apostando sempre em especial no dever de comunicar, periodicamente, aos especialistas como igualmente ao grande público e aos interessados em geral, tendo em conta a função social de transmitir os saberes e o dever de, em democracia aberta, contribuir para o estudo, o conhecimento e o repensamento das áreas em que publica e no âmbito geográfico da sua incidência, sem dúvida contribuindo para a identidade sociocultural da macaronésia, como manifestação das sociedades e das culturas peninsulares ibéricas, de língua portuguesa, mas também, embora em menor grau, de língua castelhana.

Revista *Islenha*: Alguns Dados Concretos

Ano de Criação	1987.
Periodicidade	Semestral (Janeiro / Junho e Julho / Dezembro).
Tiragem	Entre 2000 a 1000 Exemplares.
Números Saídos:	62.
Séries	<ul style="list-style-type: none"> - SÉRIE I: Revista <i>Islenha</i> da nº 1 à nº 30, Direcção de Nelson Veríssimo, Funchal, DRAC, de 1987 a 2002. [Direcção Interina, nº 31, Funchal, DRAC, 2002]. - SÉRIE II: Revista <i>Islenha</i> da nº 32 à nº 41, Direcção de Jorge Pestana, Funchal, DRAC, de 2003 a 2007. - SÉRIE III: Revista <i>Islenha</i> da nº 42 ao presente, nº 63), Direcção de Marcelino de Castro, entre 2008 até ao presente.
Total de Textos	1.011 (inclui editoriais).
Línguas	Português (principal), Espanhol, Francês, Inglês.
Colaboradores	401 (Alemanha, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Cuba, Espanha, EUA, França, Inglaterra, Itália, Portugal, Noruega, Polónia, Trinidad e Tobago).
Principais Assuntos e Áreas Temáticas	Açores; Antropologia e Etnografia; Arquitectura e Urbanismo; Arte; Bibliografia; Cabo Verde; Canárias; Ciência (Biologia, Geografia e Geologia); Cultura; Desporto; Economia; Ensino e Universidade; Genealogia e Heráldica; História; Linguística; Literatura; Madeira e Porto Santo; Memorialismo; Musicografia; Património; Pedestrianismo; Política; História da Religião; Sociologia; Teatro e Cinema; Teologia e Pastoral; Turismo.

Obs.: o autor preferiu manter a ortografia anterior ao AO de 1990.